

para África revelar-se-ia nefasto especialmente nos países colonizados por Portugal até 1974. Aqui também o maoísmo desempenhou um grande papel, mas as políticas adotadas tinham mais a ver com o modelo soviético. No capítulo X Priestland ocupa-se da estagnação dos países comunistas particularmente na época de Brejnev. Nesta fase, as pessoas de Leste pareciam estar mais interessadas no consumismo a que não tinham acesso do que no igualitarismo proposto por Krutshev para a URSS nos anos 80. Esta ideia da realização do comunismo seria posta de lado pela nova nomenclatura brejnevista dos anos 70 uma vez que aquilo que dominava o coletivo era uma sociedade baseada na burocracia e na existência de privilégios da elite dominante. Na moda, as calças de ganga e na música o rock eram especialmente apreciados nos países do leste europeu.

David Priestland abordou naturalmente a queda do comunismo em 1989 e o epílogo da sua obra é a análise das revoluções coloridas «Rosa» na Geórgia em 2003, «Laranja» na Ucrânia em 2004 e «Tulipa» no Quirguistão em 2005, revoluções que puseram termo às velhas ordens comunistas. No entanto, mantinha-se a Coreia do Norte como uma dinastia de um comunismo oriental e Cuba apesar da derrocada da URSS. O caso chinês é muito particular já que a economia é capitalista e o governo comunista. Virá novamente o vermelho? Priestland afirma que ao reagirem violentamente contra as utopias comunistas, os «liberais dogmáticos messiânicos» tentam exportar o seu sistema muitas vezes «à força» para todo o planeta. E conclui que agora os castigados com a crise de 2008 podem aprender com a história do comunismo.

Para terminar: Trata-se, na verdade, de uma excelente obra de um autor com uma cultura extraordinária que nos retrata os grandes movimentos do comunismo internacional desde as suas origens à sua queda. Crítico em relação aos modelos que existiram, o historiador não cai – longe disso – nos braços dos neoliberais uma vez que me parece ver nele uma certa simpatia pela utopia comunista.

VÍTOR NETO

Faculdade de Letras da UC/Ceis20

vitormpneto@sapo.pt

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_16

Jorge de Alarcão, *A Beira Baixa: terra tomada sem guerra*, Coimbra, CEAUCP, 2013, 96 p., ilustradas. ISBN: 978-989-95964-5-3.

Apresenta a capa contornos de montanhas envoltos em neblina. Não poderia ser ilustração mais adequada a uma obra onde o Autor efetivamente

se passeia por montes e vales na busca de certezas que, alfim, não logra ter, limitando-se a alicerçar hipóteses.

Primeiro que tudo, a explicação do horizonte geográfico alvo da investigação: a Beira Baixa, região natural que Amorim Girão situou do rio Erges ao Zêzere e, «de norte a sul, desde o planalto da Guarda/Sabugal até uma linha que, ultrapassando o Tejo, inclui as áreas de Gavião e de Nisa» (p. 7). «Beira» que parece não ter assumido o significado de fronteira, mas que, nos documentos do século XIII e dos inícios do século XIV, «se deve tomar apenas no sentido de área vizinha da serra de Ocaia (isto é, da Gardunha)» (p. 11). Bastariam, aliás, estas mui singelas linhas para nos darmos conta dos intrincados problemas de nomenclatura e etimológicos que o Autor se propôs esclarecer, com o mais amplo recurso à documentação arquivística, mormente cartas de doações, proporcionando-nos, através de minuciosos mapas (devidos a José Luís Madeira), a possibilidade de melhor o acompanharmos nos seus raciocínios e interrogações.

Nessa mesma pág. 11, se explicita a razão da classificação dada («terra tomada sem guerra»): é que «a integração efectiva da Beira Baixa no reino de Portugal deu-se nos finais do século XII e nos inícios do XIII», sem que tivesse havido necessidade de recorrer às armas. Aliás, para Jorge de Alarcão, «a Beira Baixa sempre foi um além, uma terra adiada, na época romana olhada de longe por um governo provincial sediado em Mérida, nas épocas sueva e visigótica pelos reis que residiam em Braga e em Toledo, respetivamente, na época muçulmana pelos emires e depois pelos califas de Córdova, e, no período da formação do reino de Portugal, pelos reis que tiveram, como capital, Coimbra (e, desde D. Afonso III, Lisboa)».

Nesse aspeto, estamos de acordo, e ainda na atualidade, só a abertura das auto-estradas possibilitou aos habitantes dessa região sentirem-se... menos longe! A afirmação, porém, creio não errar se sublinhar que traz consigo alguma provocação. Não direi dos tempos muçulmanos ou dos primórdios de Portugal; contudo, em relação ao período romano, a *civitas Igaeditanorum*, por exemplo, julgo que mereceu dos governadores da Lusitânia, instalados em Mérida, particular atenção, sobretudo por duas razões: a posição geográfica, local de passagem entre *Emerita Augusta* e *Bracara Augusta*, e a riqueza aurífera. Parece difícil compreender eventual alheamento se é das poucas cidades hispânicas (a par de *Emerita Augusta* e de *Caesar Augusta*, por exemplo) a honrar o César Caio, um dos filhos adotivos de Augusto, seguindo, nesse âmbito, uma ordem que se supõe ter sido expressamente emanada de Roma; e se tivermos em conta que a análise antroponímica revela laços entre famílias igeditanas e emeritenses⁽¹⁾.

(1) Cf. José d'Encarnação, «*Emerita e civitas Igaeditanorum*: uma relação bem registada na epigrafia», *Eburobriga*, 1 (2004), p. 57-60. Acessível em: <http://hdl.handle>.

A atenta observação do índice traça-nos a panorâmica do que vai ser abordado, na linha de investigação que Jorge de Alarcão recentemente tem seguido: um olhar sobre a época romana, sim, e sobre os seus caminhos, para se embrenhar de imediato pelo século XII, a fim de tentar clarificar a sempre discutida etimologia dos topónimos. Para isso, foram manancial fecundo os textos das doações feitas aos Templários por el-rei Afonso I das terras de Idanha e Monsanto e do castelo de Abrantes aos freires de Santiago, não sem se deixar de discutir a possibilidade de algum desses documentos haverem sido forjados, embora claramente se assinale que mesmo um documento forjado pode ser boa fonte de informação.

Será, porém, o lançamento de hipóteses sobre a origem e identificação no terreno de topónimos tão estranhos como: Covilhã; Alpreada e Taveiró (ribeiras); Guidintesta (¿ de um tal Guidino Testa, como quer Joaquim Silveira – p. 44?), Açafa e Cardosa (herdades) – que mais o interessarão, para, no final, opinar sobre a organização municipal da Beira Baixa ao tempo dos reis Sancho I e II (este já na 1ª metade do século XIII). Antes, porém, já o intrigara a doação de Idanha aos Gosendes, em 1106, e dum enigmático *castrum de Luzes* (Covilhã? – p. 29) ao arcebispo de Braga, cinco lustros depois, em 1132.

Confessa o Autor que «a tarefa não foi fácil», até porque similitudes ortográficas podem induzir em erro. E exemplifica: *Lavacollos* referido no foral de Belmonte «não corresponde à aldeia de Lavacolhos que fica no concelho de Fundão», do mesmo modo que «o nome de *Alfarezes*, que aparece no foral da Covilhã, não corresponde à aldeia de Alfarazes no concelho da Guarda» (p. 12); e «porto» não é, obrigatoriamente, local de atracagem em rio, como «foz» pode ser «passagem estreita» e não o sítio onde um curso de água desagua noutro (p. 35). Para além disso, havia uma outra circunstância lógica: «Na corte, onde eram definidos os limites, poderia não haver exacto conhecimento da geografia da região, e nem sempre estariam presentes homens que conhecessem bem os lugares» (p. 12).

Dentre as muitas passagens que poderia transcrever para mostrar a complexidade do labor a que Jorge de Alarcão meteu ombros, escolhi esta (da p. 44):

«A torre de *Ardola* (ou de *Cardola* na versão de P. P. Costa e M. Barroca) ficaria na serra das Talhadas, ou sobranceira ao Tejo, ou perto do vértice geodésico do Almeirão (a ocidente da aldeia de Chã das Serras) ou um pouco mais a norte, próximo de Chão de Galegos».

Quantas possibilidades!...

net/10316/28473. Aliás, o Autor reconhece ser «possível que Idanha fosse cidade de bastante vida no fim do séc. IX» (p. 15).

E veja-se um capítulo de duas colunas e meia (p. 38-39), sobre «o nome da Covilhã», que não é, seguramente, a *Cava Juliana* fantasiada por Frei de Bernardo de Brito. As hipóteses aí são tantas e tão variadas que difícil se torna escolher; mas o Autor acaba por se inclinar por uma, que não deixa de ser curiosa, até porque dar o nome a uma terra por nela abundar determinado tipo de vegetação não representa novidade alguma: veja-se Funchal, Olivais, Carrascal... E qual seria, então, a planta dominante no sítio que depois veio a chamar-se Covilhã? A urze branca, que também é conhecida por covilhão! Se, em vez de um substantivo, pensarmos em adjectivo aplicado a uma *villa*, o feminino seria natural: Covilhã!

Enfim, um punhado de hipóteses que, assim lançadas, constituem, sem dúvida, atroz desafio para os que voltarem a debruçar-se sobre esta temática, quer vasculhando mais documentação, quer calcorreando com olhos de ver os vales, os cumes e as planuras da região e os aglomerados populacionais que nela foram florescendo ou já morreram.

Mero exercício dialéctico, portanto, esta *Beira Baixa: Terra Tomada sem Guerra?* De modo nenhum! Antoja-se, ao invés, como reflexão que implica o lançamento de hipóteses, análise miúda que visa contribuir para uma síntese que tenha em conta os muitos elementos para aqui minuciosamente carreados. De resto, a abundante bibliografia de referência inserta no final proporcionará válido contributo para a discussão em aberto.

JOSE D'ENCARNAÇÃO
Faculdade de Letras da UC
jde@ci.uc.pt

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_17

Miguel Gomes Martins – *Guerreiros de Pedra. Castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016, 398 p. ISBN: 978-989-626-734-6.

O autor desta obra, Miguel Gomes Martins, centra a sua área de investigação no estudo da guerra medieval portuguesa. O autor publicou um conjunto de títulos sobre esta temática de que são exemplo as obras, *Para bellum: organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*, *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço português (1250-1450)*, escrita em co-autoria com João Gouveia Monteiro, e ainda *Guerreiros medievais portugueses*. Especialista na temática da história militar portuguesa, o tema das fortalezas medievais não é novo para o autor.

A guerra era uma das mais importantes atividades da medievalidade europeia. Transformava as fronteiras dos reinos, definia zonas de influência